

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.476.481 - SP (2019/0087456-8)

RELATOR : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**
AGRAVANTE : RENAULT DO BRASIL COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA
ADVOGADOS : MANOEL JOAQUIM PEREIRA DOS SANTOS - SP028797
PATRÍCIA GUEDES GOMIDE NASCIMENTO GOMES -
SP123638
NATALIA BACARO COELHO - SP303113
AURELIO CANCIO PELUSO - PR032521
ERICA SEVAROLLI CAMPOS - SP284415
AGRAVADO : CARLOS EDUARDO NAPPI DIMARZIO
ADVOGADOS : IZILDA MARIA DE MORAES GARCIA - SP085277
CARMEM TERESA AMARO REGUEIRA - SP206607

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por RENAULT DO BRASIL COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA, contra decisão que inadmitiu recurso especial com fundamento no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

É o relatório. Decido.

Inicialmente, de acordo com os Enunciados Administrativos do STJ n.ºs 02 e 03, os requisitos de admissibilidade a serem observados são os previstos no Código de Processo Civil de 1973, se a decisão impugnada tiver sido publicada até 17 de março de 2016, inclusive; ou, se publicada a partir de 18 de março de 2016, os preconizados no Código de Processo Civil de 2015.

Mediante análise do recurso de RENAULT DO BRASIL COMÉRCIO E PARTICIPAÇÕES LTDA, a parte Recorrente não procedeu à juntada da procuração e/ou cadeia completa de substabelecimento conferindo poderes à Dra. Erica Sevarolli Campos, subscritora do agravo em recurso especial.

É firme o entendimento do STJ de que a ausência da cadeia completa de procurações impossibilita o conhecimento do recurso (Súmula n. 115/STJ).

Ainda, percebeu-se, no STJ, haver irregularidade na representação processual do recurso. A parte, embora regularmente intimada para sanar referido vício, não regularizou, uma vez que as procurações juntadas às fls. 916/920 não outorgaram poderes à subscritora do agravo. Dessa forma, o recurso não foi devida e oportunamente regularizado.

Caso exista nos autos prévia fixação de honorários advocatícios pelas instâncias de origem, determino sua majoração em desfavor da parte recorrente, no importe de 15% sobre o valor já arbitrado, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, observados, se aplicáveis, os limites percentuais previstos nos §§ 2º e 3º do referido dispositivo legal, bem como eventual concessão da gratuidade da justiça.

Ante o exposto, **com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do recurso.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente

